

Intersectorialidade e sustentabilidade*

Tomáz de Aquino Resende **

Sou Procurador de Justiça em Minas Gerais e exerço a função de coordenador do Centro de Apoio das Alianças Intersectoriais, órgão do Ministério Público Estadual encarregado de subsidiar/apoiar as Promotorias de Justiça do Estado diante de eventuais demandas existentes com relação a associações e fundações (terceiro setor legalmente constituído) e de fomentar o que temos chamado de "alianças intersectoriais". Trata-se de uma proposta/projeto que busca alinhar as ações sociais e ambientais entre os três setores que formam o Estado (governo, mercado e sociedade civil organizada em entidades sem fins lucrativos), de modo que haja uma sinergia entre as principais forças sociais na busca de soluções para o verdadeiro caos em que vivemos. Basta dizer que no Brasil morrem, por ano, mais de 100.000 (cem mil) crianças entre zero e cinco anos de idade, a maioria por inanição (equivalente a uma bomba atômica ou a um *tsunami* por ano. Diariamente mais do que a última tragédia aérea ocorrida em São Paulo recentemente uma vez que são 274 mortes por dia) e que as questões ambientais se tornam cada dia mais sérias e comprometedoras da sustentabilidade razoável do planeta.

Nesse sentido, depois de um amplo debate e de muito estudo (já há mais de quinze anos militando nesta seara), logramos participar da criação de fato e de direito do Cemais - Centro Mineiro de Alianças Intersectoriais, associação composta por pessoas dos governos estadual e municipal, do mercado e das organizações sem fins lucrativos e que têm por finalidade:

[...] fomentar, articular, promover, monitorar e avaliar as alianças intersectoriais entendidas como pontos de convergência e interação entre os setores 1º setor (governo); 2º setor (mercado) e 3º setor (organizações da sociedade civil sem fins lucrativos), visando a promoção do desenvolvimento sustentável, através dos projetos 'ciclos de fomento', Certificação de OSCIPs e Censo Mineiro do Terceiro Setor.

Especialmente com relação ao terceiro setor, existe muita especulação e pouca informação, basta ver que censo realizado em Belo Horizonte constatou a existência de cerca de 1.500 instituições sem fins lucrativos, contra as mais de 4.500 anunciadas pelo IBGE.

É urgente um diagnóstico geral, em todo o Brasil, para que os governos estabeleçam quais as organizações merecem especial atenção do Estado, seja em fomento, seja em controle.

Hoje, obrigatoriamente devem prestar contas anuais aos Ministérios Públicos Estaduais as fundações de direito privado (cerca de 10% do total de entidades sem fins lucrativas com registro público), e as associações que movimentam recursos públicos estão, na maioria dos casos, sujeitas às regras de controle das pessoas de direito público com relação aos recursos que recebem.

Quanto à propalada malversação de recursos públicos ou colaboração em esquemas de corrupção, é preciso salientar que quem se utiliza do terceiro setor para praticar as falcatruas são exatamente os outros dois setores, ou seja, é o mercado o corruptor e o governo o corrompido. Propor uma "caça as bruxas" com relação às organizações sem fins de lucro soa mais ou menos como "tirar o sofá da sala" para evitar a traição pelo cônjuge.

Precisamos sim, e é urgente e imperioso, redefinir os papéis de governo de mercado e de organizações sem fins lucrativos para que possamos falar com seriedade em estado democrático de direito. E essa redefinição passa por uma ampla discussão e uma profunda revisão nos processos legislativos que, até então, têm descuidado do interesse coletivo, precisamos Constituir a República Federativa do Brasil.

Precisamos de governo que governe, de mercado que produza e de organizações que cuidem de ações sociais e ambientais com profissionalismo e transparência, senão continuamos nessa "troca de chumbo" entre as "ilhas da ética": com governo distribuindo "carteirinhas de pobre"; mercado fazendo propaganda de responsabilidade social com dinheiro do contribuinte (renúncias fiscais); e organizações sem fins lucrativos querendo governar e vivendo às custas das desgraças alheias.

Ações governamentais sérias não que ser realçadas, bem assim como empresas conscientes de que não há resultado positivo sobre a miséria alheia e organizações sem fins lucrativos que busquem resultados e não meios de sobrevivência dos que as dirigem. O lado bom de governos, mercado e terceiro setor é o que resta de esperança, e não é pouco. Pelo Brasil afora temos excelentes exemplos. Basta lembrar que quase 80% (oitenta por cento) das internações hospitalares (públicas - SUS) são feitas em instituições sem fins lucrativos e que a educação tem tido grande avanço em razão de ações da sociedade civil conveniadas com governos e/ou patrocinadas por empresas, não podendo esquecer que a importante diminuição da mortalidade infantil ocorrida na última década se dá pela regulação e financiamento feitos por governos e

* Palestra proferida na Escola Judicial Des. Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em 24 de março de 2009.

** Procurador de Justiça. Coordenador do CAOTS (Centro de Apoio das Alianças Intersectoriais). Presidente da PROFIS (Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e de Entidades de Interesse Social).

empresas comprometidos com seus programas e socialmente responsáveis e por ações da sociedade civil do nível da Pastoral da Criança.

Além de tudo isso, tenho insistido que fazer alguma coisa por este País, seja no campo social, seja no campo ambiental, deve ser conjugado na primeira pessoa do singular: ou eu faço ou não acontece. Seja eu governo, seja eu mercado, seja eu terceiro setor.